



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO DE TOLEDO

Gestão 2025 - 2028

Trabalhando por todos e para todos!

ESTADO DE SÃO PAULO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Dispensa nº: 152/2026 Processo nº: 197/2026

Data início de recebimento de propostas: 24/09/2026 às 17h

Data fim de recebimento de propostas: 30/09/2026 às 17h.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO DE TOLEDO** CNPJ: 46.578.530/0001-12, por intermédio do Departamento Municipal de Compras, Almoxarifado e Patrimônio, comunica aos interessados que realizará compra na modalidade **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, do tipo **MENOR PREÇO, com critério de julgamento menor preço por lote ou item** – **Dispensa nº152/2026 Processo nº197/2026**, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APRESENTAÇÕES TEATRAIS EDUCATIVAS DE CARÁTER SOCIOASSISTENCIAL, VOLTADAS À PREVENÇÃO, CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL SOBRE O “COMBATE AO TRABALHO INFANTIL” E O “ENFRENTAMENTO DA VIOLENCIA CONTRA A PESSOA IDOSA”, EM CONFORMIDADE COM AS DIRETRIZES DA POLITICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - PNAS, a qual será regida pelo do art. 75, inciso II, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

As propostas obedecerão às especificações deste instrumento convocatório, bem como seus anexos, e deverão ser encaminhadas por meio do e-mail: licitacao@pedrodetoledo.sp.gov.br

I. DO OBJETO:

(A) Contratação de empresa especializada para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de apresentações teatrais educativas de caráter socioassistencial, voltadas à prevenção, conscientização e mobilização social sobre o “Combate ao Trabalho Infantil e o “Enfrentamento da Violência Contra a Pessoa Idosa”, em conformidade com as diretrizes da política nacional de assistência social – PNAS, do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, bem como às ações socioeducativas executadas no âmbito da Proteção Social Básica e Especial do Município.

(b) A contratação se justifica pela necessidade de desenvolver atividades de caráter preventivo, educativo e cultural, utilizando metodologia lúdica e acessível para sensibilização da população, especialmente crianças, adolescentes, famílias e idosos, fortalecendo vínculos comunitários e promovendo direitos sociais.

(c) As apresentações teatrais constituem importante instrumento pedagógico de mobilização social, permitindo maior alcance das campanhas socioassistenciais, além de favorecer linguagem inclusiva e de fácil compreensão ao público atendido pelos serviços socioassistenciais do município.

(d) A proposta contempla 06 (seis) apresentações teatrais, sendo:

- 04 apresentações sobre combate ao trabalho infantil;
- 02 apresentações sobre combate à violência contra a pessoa idosa;

Incluindo estrutura completa de sonorização, iluminação, painel de LED, acessibilidade em libras e audiodescrição, alimentação, hospedagem, transporte e encargos tributários.

(e) A fundamentação legal da presente contratação encontra-se respaldada na Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente:

- Art. 6º, inciso XX – definição do Termo de Referência;
- Art. 18 – planejamento das contratações públicas;
- Art. 72 e seguintes – hipóteses de contratação direta, quando aplicável;
- Princípio da eficiência, interesse público e economicidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO DE TOLEDO

Gestão 2025 - 2028

Trabalhando por todos e para todos!

ESTADO DE SÃO PAULO

(f) Justifica-se ainda que a contratação atende ao interesse público, considerando a relevância social dos temas abordados e a necessidade de execução de ações educativas previstas no calendário socioassistencial do município.

(g) Dessa forma, a contratação mostra-se adequada, necessária e compatível com os objetivos institucionais da política pública de assistência social, contribuindo para a garantia de direitos, prevenção de violações e fortalecimento da cidadania.

II. DA PARTICIPAÇÃO:

1. Poderão participar do certame todos os interessados em contratar com a Administração Municipal que tiverem em atividade econômica compatível com o seu objeto.

III. DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:

1. Os interessados deverão encaminhar as suas propostas no e-mail licitacao@pedrodetoledo.sp.gov.br, até data prevista no preâmbulo deste documento, juntamente com a documentação de habilitação necessária, conforme as especificações constantes no anexo abaixo. Encerrado o prazo, a Administração Pública escolherá dentre as propostas ofertadas, a de menor preço, desde que esteja dentro do valor de mercado. A Administração se resguarda o direito de prorrogar o prazo de recebimento das propostas de acordo como julgar necessário.
2. As propostas deverão ser elaboradas com até duas casas decimais, ex.: 0,01. Em caso de recebimento de propostas com três ou mais casas decimais, os valores serão arredondados para cima.
3. Não haverá etapa de lances.

IV. SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

1. Apurado o vencedor, a Prefeitura decidirá sobre a contratação, por meio de manifestação motivada no processo eletrônico, sem que disso resulte, para o proponente, direito a qualquer indenização ou reclamação.
2. Será contratada a empresa que apresentar proposta de menor valor, desde que esteja devidamente habilitada para contratar com a Administração Pública e que atenda aos requisitos apontados.
3. Não estando a empresa que apresentou o menor valor habilitada, será convocada a empresa com a proposta de segundo menor valor, e assim sucessivamente.

V. DA HABILITAÇÃO

1. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b) Certidão de Regularidade com a Fazenda **Municipal** (Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos de Tributos Municipais), do domicílio ou sede do licitante;
- c) Certidão de Regularidade com a Fazenda **Estadual** (Certidões Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos de Tributos Estaduais), do domicílio ou sede do licitante;
- d) Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- e) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeitos de Negativa, relativa a Tributos Federais (**inclusive as contribuições sociais**) e à Dívida Ativa da União.
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO DE TOLEDO

Gestão 2025 - 2028

Trabalhando por todos e para todos!

ESTADO DE SÃO PAULO

- g) Para habilitação das licitantes serão aceitas certidões negativas ou certidões positivas com efeito de negativa, nos termos da legislação vigente.
- h) Registro de empresa- Declaração de firma individual; inscrição do ato constitutivo; contrato social; e alterações sociais que houver.
- i) Documento de identificação do titular e dos Sócios- RG/CPF ou CNH.

2 DISPOSIÇÕES GERAIS:

- 2.1. As certidões deverão estar com seu prazo de validade em vigor. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.
- 2.2. Não serão aceitos, para habilitação das licitantes, protocolos de pedido de certidões. No caso de impossibilidade de emissão das certidões por inatividade do órgão emitente ou em caso fortuito ou força maior, serão aceitos os respectivos protocolos cuja validade estará suspensa até a devida comprovação de regularidade, cessados os motivos que levaram a não apresentação das certidões.

VI. DA CONTRATAÇÃO:

- 1. Após a autorização da Autoridade Competente, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
- 2. As obrigações decorrentes desta contratação consubstanciar-se-ão na própria Nota de Empenho.

VII. DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E DO LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO DA DISPENSA:

- 1. A execução do objeto deverá ocorrer conforme consta no **Termo de Referencia**.

VIII. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO:

- 1. Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:
 - a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
 - a.1) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;
 - b) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
 - b.1) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

IX. DA FORMA DE PAGAMENTO:

- 1. O prazo de pagamento será de até **30 (trinta) dias** do ateste da nota fiscal do objeto desta contratação, com a entrega na Unidade Requisitante dos documentos discriminados a seguir
 - 1.1 Primeira via da Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura,
 - 1.2 Fatura no caso de apresentação de Nota Fiscal,
- 2. Na hipótese de existir nota de retificação e/ou nota suplementar de empenho, cópia(s) da(s) mesma(s) deverá(ão)acompanhar os demais documentos citados.
- 3. Caso ocorra a necessidade de providências complementares por parte da contratada, a fluência do prazo de pagamento será interrompida, reiniciando-se a contagem a partir da data em que forem cumpridas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO DE TOLEDO

Gestão 2025 - 2028

Trabalhando por todos e para todos!

ESTADO DE SÃO PAULO

X. DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO:

1. São aplicáveis as sanções previstas no Título IV, capítulo I, da Lei Federal nº 14.133/21 e demais normas pertinentes.
2. O licitante ou contratado que descumprir qualquer das cláusulas deste aviso ou do instrumento contratual ficará sujeito às penalidades previstas nos artigos 156 e 162 da Lei Federal nº 14.133/21.
3. **DAS MULTAS** – em cada caso, aplicar-se:
 - 3.1. O atraso injustificado ou retardamento na entrega do objeto deste certame sujeitará a Contratada, a juízo da Administração, à multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor, tendo como base o valor total da solicitação/ordem de serviço;
 - 3.2. Após 21º (vigésimo primeiro) dia de atraso na entrega do objeto será considerado inexecução total quando for a primeira entrega ou parcial a partir da segunda entrega;
 - 3.3. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a Contratada possuir com o MUNICÍPIO DE PEDRO DE TOLEDO/SP, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com as multas previstas;
 - 3.4. Em caso de reincidência, a multa poderá ser aplicada em dobro, respeitando o limite máximo de 30% (trinta por cento);
 - 3.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, quando for o caso, será cobrada judicialmente;
 - 3.6. As penalidades serão aplicadas a critério da Administração e são independentes sendo que a aplicação de uma não exclui a das outras, quando cabíveis;
 - 3.7. O prazo para o pagamento das multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada. Não havendo pagamento, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando a devedora a processo executivo.

XI. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

1. As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
2. Integram o presente Aviso:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Modelo de Proposta Comercial;

3. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da cidade de ITARIRI/SP.

Pedro de Toledo, 24 de Setembro de 2026.

PAULO EDUARDO ALVES FERREIRA

PREFEITO MUNICIPAL

ADELICIO BUSINARO DROPPA

DIRETOR DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE COMPRAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO DE TOLEDO

Gestão 2025 - 2028

Trabalhando por todos e para todos!

ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

DATA	ÓRGÃO SOLICITANTE
18/09/2026	DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESPONSÁVEIS PELA SOLICITAÇÃO	DIRETORIA OU UNIDADE ADMINISTRATIVA
GESTOR DA CONTRATAÇÃO	DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL
Nome: SUELLYN AP. TOMAZ LIMA E-mail: assistenciasocial@pedrodetoledo.sp.gov.br	
FISCAL DA CONTRATAÇÃO	ESCRITURARIO
Nome: ALEX ANTONIO DOS SANTOS E-mail: adm.assistenciasocial@pedrodetoledo.sp.gov.br	

1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de apresentações teatrais educativas de caráter socioassistencial, voltadas à prevenção, conscientização e mobilização social sobre o “combate ao trabalho infantil” e o “enfrentamento da violência contra a pessoa idosa”, em conformidade com as diretrizes da política nacional de assistência social – PNAS.

1.1. Especificação do Objeto:

DESCRIÇÃO	QTD	MEDIA DE VALOR
APRESENTAÇÕES SOBRE COMBATE AO TRABALHO INFANTIL	4	R\$ 27.133,33
APRESENTAÇÕES SOBRE COMBATE À VIOLENCIA CONTRA A PESSOA IDOSA	2	R\$ 13.566,67
TOTAL		R\$ 40.700,00

2. CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO

2.1.1 A contratação de empresa especializada para prestação de serviços de apresentações teatrais educativas de caráter socioassistencial, voltada à prevenção, conscientização e mobilização social sobre o “combate ao trabalho infantil” e o “enfrentamento da violência contra a pessoa idosa”, será realizada em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis à Administração Pública, observadas as condições abaixo:

3. Habilitação Jurídica

3.1.1 A empresa deverá comprovar sua existência legal e regular constituição, mediante apresentação dos documentos exigidos na legislação vigente, compatíveis com o objeto da contratação.

4. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista

4.1.1 A contratada deverá apresentar documentação comprobatória de regularidade perante:

- ✓ Fazenda Federal, Estadual e Municipal;
- ✓ Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- ✓ Seguridade Social, quando aplicável;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO DE TOLEDO

Gestão 2025 - 2028

Trabalhando por todos e para todos!

ESTADO DE SÃO PAULO

- ✓ Justiça do Trabalho, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- ✓ Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

5. Qualificação Técnica

5.1.1 A empresa deverá comprovar aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da contratação, mediante apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que demonstrem experiência na realização de apresentações teatrais, eventos culturais, ações educativas ou atividades socioeducativas similares.

6. Equipe Técnica e Artística

6.1.1 A contratada deverá dispor de profissionais qualificados para execução dos serviços, incluindo atores, diretores, produtores, técnicos e demais colaboradores necessários para a perfeita execução das apresentações.

7. Responsabilidade pela Execução

7.1.1 A contratada será responsável pelo planejamento, organização, produção e execução das apresentações teatrais, fornecendo todos os materiais, figurinos, cenários, equipamentos, recursos humanos e demais insumos necessários ao cumprimento do objeto contratado.

8. Conteúdo das Apresentações

8.1.1 As apresentações deverão abordar os temas:

- **Combate ao Trabalho Infantil;**
- **Enfrentamento da Violência Contra a Pessoa Idosa.**

8.1.2 O conteúdo deverá possuir caráter educativo, preventivo e informativo, observando as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social – PNAS, do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e do Estatuto da Pessoa Idosa.

9. Obrigações da Contratada

9.1.1 São obrigações da contratada:

- ✓ Cumprir integralmente o cronograma estabelecido pela Administração;
- ✓ Executar os serviços com qualidade, eficiência e observância das normas técnicas aplicáveis;
- ✓ Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da execução contratual, incluindo transporte, alimentação, hospedagem, encargos trabalhistas, previdenciários, tributários e securitários;
- ✓ Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;
- ✓ Reparar ou substituir, às suas expensas, quaisquer falhas identificadas na execução dos serviços.

10. Fiscalização Contratual

10.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor formalmente designado pela Administração, que verificará o cumprimento das obrigações assumidas, podendo solicitar ajustes e correções quando necessários.

11. Recebimento dos Serviços

11.1. Os serviços serão recebidos mediante verificação do cumprimento das condições estabelecidas no Termo de Referência, especialmente quanto à realização das apresentações contratadas, observância dos temas propostos e atendimento dos padrões de qualidade exigidos.

12. Critério de Julgamento

12.1 A seleção da proposta será realizada pelo critério de menor preço, desde que atendidas todas as especificações técnicas e requisitos de qualificação definidos no Termo de Referência, observando-se o princípio da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO DE TOLEDO

Gestão 2025 - 2028

Trabalhando por todos e para todos!

ESTADO DE SÃO PAULO

13. Da Contratação:

13.1.1. Será necessário firmar instrumento de contrato, conforme disposto no art. 95, da Lei 14.133/21

14. DOS LOTES

15. Do agrupamento de itens em lotes:

15.1 Na presente contratação não haverá agrupamento de itens em lotes.

16. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO E DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

- 16.1.1 A presente contratação tem por finalidade promover ações de caráter educativo, preventivo e de conscientização social junto à população do Município, por meio da realização de apresentações teatrais voltadas aos temas “Combate ao Trabalho Infantil” e “Enfrentamento da Violência Contra a Pessoa Idosa”, assuntos de grande relevância para a política pública de assistência social e para a garantia dos direitos fundamentais desses públicos.
- 16.1.2 O trabalho infantil e a violência contra a pessoa idosa constituem graves violações de direitos, demandando ações contínuas de prevenção, sensibilização e mobilização social. Nesse contexto, cabe ao Poder Público desenvolver estratégias que ampliem o acesso à informação e fortaleçam a conscientização da comunidade acerca da identificação, prevenção e denúncia dessas situações.
- 16.1.3 A utilização da linguagem teatral como instrumento de educação social apresenta elevado potencial de alcance e sensibilização, uma vez que possibilita a transmissão de informações de forma lúdica, dinâmica e acessível, favorecendo a compreensão dos temas abordados e estimulando a reflexão crítica dos participantes. Além disso, as apresentações teatrais promovem maior interação com o público, ampliando a efetividade das ações educativas e contribuindo para a disseminação de informações relacionadas à proteção de direitos.
- 16.1.4 A contratação está alinhada às diretrizes da Política Nacional de Assistência Social – PNAS, do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e do Estatuto da Pessoa Idosa, fortalecendo as ações de proteção social, prevenção de riscos e enfrentamento das situações de vulnerabilidade social.

17. Descrição da Solução

- 17.1.1 A solução consiste na contratação de empresa especializada para o planejamento, produção e execução de apresentações teatrais educativas, contemplando a disponibilização de equipe artística e técnica, roteiros temáticos, figurinos, cenários, equipamentos e demais recursos necessários à realização dos espetáculos.
- 17.1.2 As apresentações deverão abordar, de forma clara, educativa e adequada ao público-alvo, os temas relacionados ao combate ao trabalho infantil e ao enfrentamento da violência contra a pessoa idosa, promovendo ações de conscientização, orientação e fortalecimento da rede de proteção social.
- 17.1.3 A empresa contratada será responsável pela execução integral dos serviços, garantindo a qualidade técnica das apresentações, a adequação do conteúdo às finalidades institucionais da Assistência Social e o cumprimento do cronograma definido pela Administração.
- 17.1.4 Dessa forma, a solução proposta mostra-se a mais adequada para atender ao interesse público, proporcionando maior alcance das ações socioeducativas, fortalecimento das campanhas de conscientização social e promoção da cidadania, contribuindo efetivamente para a prevenção das violações de direitos e para o fortalecimento das políticas públicas de assistência social no Município.

18. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO DE TOLEDO

Gestão 2025 - 2028

Trabalhando por todos e para todos!

ESTADO DE SÃO PAULO

19. Da participação de consórcios:

19.1.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, em razão da baixa complexidade do objeto a ser adquirido, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer os bens de forma independente.

19.2. Da Subcontratação:

19.2.1. Não será admitida a subcontratação parcial ou total do objeto contratual.

19.3. Da Sustentabilidade:

19.3.1. Não serão exigidos critérios de sustentabilidade na presente contratação.

19.4. Da Garantia da Contratação:

19.4.1. Será exigida a garantia de execução da contratação, nos moldes do art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após a entrega do serviço, no percentual de até 5% cinco por cento do valor total inicial da contratação, conforme regras estabelecidas na minuta contratual.

19.5. Condições e especificações da garantia do serviço.

19.5.1. Além da garantia legal prevista pelo art. 26, do Código de Defesa do Consumidor (CDC) de (30 dias – produtos não-duráveis), aplicar-se-á, de modo complementar, a garantia contratual fornecida pelo licitante, pelo prazo de, no mínimo, 90 dias, contados do encerramento da garantia legal.

19.5.2. As garantias legais e contratuais não se sobrepõem, devendo os seus prazos serem somados.

19.5.2.1. A garantia será prestada com vistas a manter a qualidade do serviço prestado e dos materiais utilizados, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

19.5.2.2. Os materiais utilizados pelo fornecedor para a prestação do serviço que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídos por outros, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos dos utilizados originalmente.

19.5.2.3. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação dos serviços que apresentarem vício no prazo de até **72 horas**, contados a partir da data de recebimento da notificação.

19.5.2.4. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

19.5.3. Decorrido o prazo para reparo da prestação do serviço sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar fornecedor diverso para executar os reparos, ajustes ou a substituição de componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia do serviço prestado.

19.5.3.1. O custo referente ao reparo na prestação do serviço durante o período da garantia será de responsabilidade do Contratado.

19.5.4. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

20. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

20.1.1 A seleção do prestador de serviço será realizada por meio de da modalidade de DISPENSA DE LICITAÇÃO, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, considerando que o valor estimado da contratação se enquadra no limite legal para contratação direta de serviços e compras de pequeno valor.

28.1.2 O critério de julgamento das propostas será o de Menor Preço, desde que atendidas integralmente as especificações técnicas, condições de execução e demais requisitos estabelecidos neste Termo de



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO DE TOLEDO

Gestão 2025 - 2028

Trabalhando por todos e para todos!

ESTADO DE SÃO PAULO

Referência, em observância aos princípios da economicidade, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

20.1.3 A adoção da Dispensa de Licitação justifica-se pela necessidade de conferir maior celeridade ao processo de contratação, sem prejuízo da observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como em razão do valor estimado da contratação estar dentro dos limites previstos na legislação vigente.

28.1.2 O procedimento observará as etapas previstas para as contratações diretas na Lei nº 14.133/2021, compreendendo:

- I** – Formalização da demanda;
- II** – Elaboração do Estudo Técnico Preliminar, quando cabível;
- III** – Elaboração do Termo de Referência;
- IV** – Pesquisa de preços;
- V** – Verificação da disponibilidade orçamentária;
- VI** – Seleção da proposta mais vantajosa;
- VII** – Habilitação da contratada;
- VIII** – Ratificação da contratação e publicação do ato;
- IX** – Emissão da Nota de Empenho ou assinatura do instrumento contratual.

20.1.5 Não se aplica ao presente objeto o Sistema de Registro de Preços, tendo em vista tratar-se de contratação específica, com quantitativos previamente definidos e execução em evento determinado, não caracterizando demanda futura e eventual.

21. Critérios da Aceitabilidade da Proposta

21.1.1 A proposta comercial deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa ou em documento que identifique claramente o proponente, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

21.1.2 Razão social, número do CNPJ, endereço, telefone e e-mail para contato;

21.1.3 Descrição detalhada dos serviços ofertados, em conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência;

21.1.4 Valor global da proposta, incluindo todos os custos diretos e indiretos necessários à execução dos serviços, tais como tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, transporte, alimentação, hospedagem, materiais, equipamentos e demais despesas incidentes;

21.1.5 Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação;

21.1.6 Todos os valores deverão ser expressos em moeda corrente nacional (Real), com no máximo duas casas decimais;

21.1.7 A proposta deverá estar datada e assinada pelo representante legal da empresa ou por procurador devidamente constituído.

21.1.8 Caso a proposta seja assinada por procurador, deverá ser apresentada procuração que lhe confira poderes para representar a empresa, acompanhada de documento de identificação do signatário.

21.1.9 Serão desclassificadas as propostas que:

- I** – Contiverem vícios insanáveis;
- II** – Não atenderem às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência;
- III** – Apresentarem preços manifestamente inexequíveis ou incompatíveis com os valores praticados no mercado;
- IV** – Apresentarem valor superior ao orçamento estimado pela Administração, quando este for definido como limite máximo aceitável;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO DE TOLEDO

Gestão 2025 - 2028

Trabalhando por todos e para todos!

ESTADO DE SÃO PAULO

V – Apresentarem informações incompletas ou incompatíveis com o objeto da contratação;

VI – Descumprirem quaisquer exigências essenciais estabelecidas no instrumento convocatório ou no Termo de Referência.

22. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

22.1.1 A empresa deverá apresentar, no mínimo, um atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando experiência na realização de apresentações teatrais, atividades culturais, eventos educativos ou serviços compatíveis com o objeto desta contratação.

22.1.2 É admitido o somatório de atestados para fins de comprovação da capacidade técnica, desde que os documentos demonstrem compatibilidade com as características e a complexidade do objeto.

22.1.3 Os atestados deverão conter, sempre que possível:

I – Identificação da entidade emitente;

II – Nome da empresa contratada;

III – Descrição dos serviços executados;

IV – Período de execução;

V – Nome e assinatura do responsável pela emissão;

VI – Informações que permitam eventual diligência para confirmação de sua autenticidade.

22.1.4 Os atestados poderão ser emitidos em nome da matriz ou da filial da empresa participante.

22.1.5 A Administração poderá realizar diligências para verificar a autenticidade dos documentos apresentados, podendo solicitar contratos, notas fiscais, declarações complementares ou outros documentos comprobatórios.

22.1.6 A empresa deverá declarar que possui pleno conhecimento das condições necessárias para execução dos serviços e que dispõe de capacidade técnica e operacional para o cumprimento integral do objeto contratado.

23. EXECUÇÃO DO OBJETO

23.1.1 Prazo e Condições da Prestação do Serviço:

23.1.2 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

23.1.2.1 O início da execução do objeto será depois da emissão da ordem de serviço, prestado em apenas uma etapa, a contar do recebimento da Ordem de Serviço a ser emitida pela Contratante, no prazo de 15 (quinze) dias.

23.2 Do Local e Horário da Prestação do Serviço:

23.2.1 Os mencionados serviços deverão ser realizados no seguinte endereço do município de Pedro de Toledo:

23.2.1.1 SEDE DO DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL, LOCALIZADO A AV. SÃO JOSÉ, 230 – CENTRO.

23.2.1.2 Considerando a necessidade do Departamento em assegurar um bom ambiente de sem causar prejuízo aos servidores e serviços prestados pelo departamento o serviço poderá ser executado de segunda a sexta-feira das 08:00 as 17:00, com a autorização da diretora do Departamento.

23.3 Condições de recebimento:

23.3.1 Os serviços prestados serão recebidos após o responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, verificar o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

23.3.1.1 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

23.3.1.2 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO DE TOLEDO

Gestão 2025 - 2028

Trabalhando por todos e para todos!

ESTADO DE SÃO PAULO

empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

23.3.1.3A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

23.3.2 Os serviços prestados serão recebidos definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo (s) detalhado (s) que comprove (m) o atendimento das exigências contratuais, no prazo de até 15 dias úteis, contados a partir do recebimento provisório.

23.3.2.1O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

23.3.3 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

23.3.3.1 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se ao fornecedor para emissão de Nota Fiscal no que diz respeito à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

23.3.4 O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

23.3.5 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

24 GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

24.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, conforme art. 115 da Lei nº 14.133, de 2021.

24.2 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais gestores e fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelos respectivos substitutos, conforme art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021.

24.3 Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o fiscal do contrato dará ciência ao Contratado, por escrito, para adoção das providências necessárias para sanar as falhas apontadas, determinando prazo para a correção.

24.4 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, de acordo com o § 1º, art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021.

24.4.1 Caberão ao gestor os controles administrativo-financeiros necessários ao pleno cumprimento do contrato.

24.5 O fiscal do contrato informará a seus superiores e ao gestor do contrato, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, conforme § 2º, art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021.

24.6 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade do Contratado por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

24.6.1 O Contratante reserva-se ao direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso o mesmo afaste-se das especificações deste termo de referência, do instrumento convocatório e de seus anexos, e da proposta comercial do Contratado.

24.7 Constatada a ocorrência de descumprimento total ou parcial do contrato, deverão ser observadas as disposições dos art. 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021, a fim de apurar a responsabilidade do Contratado e eventualmente aplicar sanções.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO DE TOLEDO

Gestão 2025 - 2028

Trabalhando por todos e para todos!

ESTADO DE SÃO PAULO

24.8 As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

25 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO:

25.1 A Liquidação será efetuada no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados da data da entrega definitiva do produto e respectivo aceite do Contratante.

25.2 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

25.2.1 O prazo de validade;

25.2.2 A data da emissão;

25.2.3 Os dados do contrato e do órgão Contratante;

25.2.4 O período respectivo de execução do contrato;

25.2.5 O valor a pagar;

25.2.6 Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

25.3 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

25.4 A nota fiscal ou o instrumento de cobrança equivalente deverá ser acompanhado da comprovação da regularidade fiscal disposta no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

25.5 O pagamento será efetuado através do Sistema Integrado, a crédito do beneficiário em um dos bancos que o fornecedor indicar, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, com base nos documentos fiscais devidamente conferidos e aprovados pelo Contratante.

25.6 No caso de atraso pelo Contratante, por culpa exclusiva da Administração, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, de acordo com a variação do Sistema Especial de Liquidação e Custódia –SELIC. Não se aplica.

25.7 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

25.8 Independentemente do percentual de tributo inserido pelo Contratado na planilha de custo, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

25.9 O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

26 OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES.

26.1 Do Contratante:

26.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

26.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

26.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto prestado, para que seja por ele reparado, corrigido, removido, reconstruído ou substituído, no total ou em parte, às suas expensas;

26.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, atestar nas notas fiscais/faturas da efetiva prestação de serviço, objeto do Termo de Referência.

26.1.5 Rejeitar, no todo ou em parte os serviços prestados, quando em desacordo com as especificações constantes na nota de empenho, no Termo de Referência e/ou na proposta comercial do Contratado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO DE TOLEDO

Gestão 2025 - 2028

Trabalhando por todos e para todos!

ESTADO DE SÃO PAULO

- 26.1.6** Comunicar o Contratado para emissão de Nota Fiscal pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia parcial sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 26.1.7** Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição dos materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.
- 26.1.8** Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à parcela do serviço prestado, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente instrumento;
- 26.1.9** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.
- 26.1.10** Aplicar ao Contratado as sanções regulamentares.
- 26.1.11** Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários por meio dos documentos pertinentes.
- 26.1.12** Disponibilizar local adequado para a realização do serviço.
- 26.2 Do Contratado:**
- 26.2.1** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste instrumento e seus anexos, nas quantidades, prazos e condições pactuadas, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 26.2.1.1** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078, de 1990;
- 26.2.1.2** Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 26.2.1.3** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior, conforme Inciso II, art. 137 da Lei n.º 14.133, de 2021, e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 26.2.1.4** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou dos materiais nela empregados;
- 26.2.1.5** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 26.2.1.6** Emitir faturas no valor pactuado, apresentando-as ao Contratante para ateste e pagamento.
- 26.2.1.6.1** Responsabilizar-se pela garantia dos materiais empregados nos serviços prestados, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste termo de referência.
- 26.2.1.7** Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.
- 26.2.1.8** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 26.2.1.9** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 26.2.1.10** Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO DE TOLEDO

Gestão 2025 - 2028

Trabalhando por todos e para todos!

ESTADO DE SÃO PAULO

- 26.2.1.11** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, conforme art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 26.2.1.12** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, quando solicitado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, conforme parágrafo único, art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 26.2.1.13** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 26.2.1.14** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no inciso II, alínea d, art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 26.2.1.15** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 26.2.1.16** Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas do contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 26.2.1.17** Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
- 26.2.1.18** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 26.2.1.19** Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 8.2.1.20.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

27 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 27.1.1.** O Contratado que cometer qualquer das infrações, previstas na Lei nº 14.133, de 2021, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às sanções dispostas no seu art. 156, sendo observado ainda, quando couber, o disposto nos arts. 157 a 163 da mesma Lei.
- 27.1.2** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo incidental ao processo de contratação ou ao processo de execução contratual que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao Contratado.
- 27.1.3** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a natureza e a gravidade da conduta do infrator, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 27.1.4** Não serão aplicadas sanções administrativas na ocorrência de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, devidamente comprovados.
- 27.1.5** A aplicação de sanções administrativas não reduz nem isenta a obrigação do Contratado de indenizar integralmente eventuais danos causados a Administração ou a terceiros, que poderão ser apurados no mesmo processo administrativo sancionatório.

28. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

28.1.1 A estimativa de preços foi elaborada em conformidade com o art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando preços praticados no mercado, pesquisas junto a fornecedores do ramo e referências compatíveis com o objeto da contratação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO DE TOLEDO

Gestão 2025 - 2028

Trabalhando por todos e para todos!

ESTADO DE SÃO PAULO

28.1.2 O custo total estimado para essa contratação é de **R\$ 40.700,00 (Quarenta mil e setecentos reais).**

✓ 29. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 29.1.1** As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da dotação orçamentária do orçamento em vigor, aprovado pela Lei Municipal nº 1.828 de 12/12/2025.
- 29.1.2** **A contratação será atendida pela seguinte dotação: Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 3.3.90.39.00/ ficha 90**
- 29.1.3** A dotação relativa ao exercício financeiro subsequente será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Pedro de Toledo, 24 de setembro de 2026.

Suellyn AP.Tomaz de Lima
Diretora do Departamento de Assistência Social



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO DE TOLEDO

Gestão 2025 - 2028

Trabalhando por todos e para todos!

ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

TIMBRADO DA EMPRESA

Dispensa nº152/2026

DADOS DO LICITANTE		
Denominação:		
Endereço:		
CEP:	Fone:	
e-mail:		CNPJ:
Dados Bancários		
Instituição Bancária:		
Agência:	Conta corrente:	

Observação: Adverte-se que a simples apresentação desta Proposta será considerada como indicação de que inexistem fatos que impeçam a participação do licitante neste certame.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de apresentações teatrais educativas de caráter socioassistencial, voltadas à prevenção, conscientização e mobilização social sobre o "combate ao trabalho infantil" e o "enfrentamento da violência contra a pessoa idosa", em conformidade com as diretrizes da política nacional de assistência social - PNAS.

Especificação do Objeto:

DESCRIÇÃO	QTD	MEDIA DE VALOR
APRESENTAÇÕES SOBRE COMBATE AO TRABALHO INFANTIL	4	
APRESENTAÇÕES SOBRE COMBATE À VIOLENCIA CONTRA A PESSOA IDOSA	2	
TOTAL		

1. Valor Total Geral por extenso:
2. Prazo de execução dos serviços: 60 (sessenta) dias, contados da data da assinatura do Termo de Contrato/ Ordem de Serviço.
3. Validade da proposta (mínimo 60 dias): dias corridos, contados a partir da data prevista para abertura dos envelopes documentação.
4. Declaro, sob as penas da lei, que o objeto ofertado atende todas as especificações exigidas no Termo de Referência.
5. Declaro que os preços acima indicados contemplam todos os custos diretos e indiretos incorridos na data da apresentação desta proposta incluindo,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO DE TOLEDO

Gestão 2025 - 2028

Trabalhando por todos e para todos!

ESTADO DE SÃO PAULO

entre outros: os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

Local, ... de..... de 2.026

Assinatura do representante legal

Nome do representante legal:

RG do representante:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO DE TOLEDO

Gestão 2025 - 2028

Trabalhando por todos e para todos!

ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO III

MINUTA TERMO DE CONTRATO Nº XXX/2026

Termo de Contrato de Prestação de Serviço celebrado entre o Município de PEDRO DE TOLEDO/SP, e a empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, autorizada através do Processo de Compra nº 197/2026, Dispensa Eletrônica n.º152/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislações aplicáveis.

CONTRATANTE:	PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO DE TOLEDO
C.N.P.J. N.º:	46.578.530/0001-12
Endereço: (sede)	Avenida Coronel Raimundo Vasconcelos, 230 - Centro - Pedro de Toledo/SP
Representada por:	PAULO EDUARDO ALVES FERREIRA

Contratada:	
C.N.P.J. N.º:	
Endereço:	
Representada por:	

GESTOR:	SUELLYN AP.TOMAZ LIMA
Função:	DIRETORA DE DEPARTAMENTO
Unidade:	DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

FISCAL TÉCNICO:	ALEX ANTONIO DOS SANTOS
Função:	ESCRITURÁRIO
Unidade:	DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1 . CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO, ESPECIFICAÇÃO E QUANTIDADE

1.1 - O Presente contrato tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APRESENTAÇÕES TEATRAIS EDUCATIVAS DE CARÁTER SOCIOASSISTENCIAL, VOLTADAS À PREVENÇÃO, CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL SOBRE O "COMBATE AO TRABALHO INFANTIL" E O "ENFRENTAMENTO DA VIOLENCIA CONTRA A PESSOA IDOSA", EM CONFORMIDADE COM AS DIRETRIZES DA POLITICA NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - PNAS

1.2 - Este Termo de Contrato vincula-se à proposta vencedora, independentemente de sua transcrição.

2 . CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1 - A CONTRATADA obriga-se a executar o objeto deste instrumento, especificado e quantificado na cláusula primeira, ao preço de R\$ XXXX,XX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX),



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO DE TOLEDO

Gestão 2025 - 2028

Trabalhando por todos e para todos!

ESTADO DE SÃO PAULO

considerando sua proposta de preço;

2.2 - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da dotação orçamentária descrita: 3.3.90.39.00/ ficha 90.

2.3 - A CONTRATADA deverá mencionar na respectiva Nota Fiscal/Fatura informações sobre os serviços executados, tais como e ser for o caso: Além de mencionar o número do Contrato, do Processo e da Autorização de Serviço.

3 . CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

3.1 - A CONTRATANTE efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, contados a partir da emissão da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA.

3.2 - Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal ou Fatura no momento em que a CONTRATANTE atestar a execução do objeto do contratado.

4 . CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E DO LOCAL DE ENTREGA

4.1 - O prazo de entrega será de 60 (sessenta) dias, após o recebimento da AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇO ou documento equivalente;

4.2 - A entrega será efetuada diretamente nas quantidades constantes na Autorização de Serviço;

4.3 - Os locais de execução dos serviços contratados estão descritos no TERMO DE REFERÊNCIA.

5 . CLÁUSULA QUINTA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1 - A entrega do objeto contratado deverá ser efetuada nas quantidades constantes na AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇO, correndo por conta da Contratada as despesas, tais como: seguros, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da prestação de serviço;

5.2 - A Contratante reserva-se o direito de a qualquer tempo, previamente ao aceite, ou durante o prazo de garantia do objeto ofertado e entregue, proceder a análise técnica e de qualidade do objeto, diretamente ou por intermédio de terceiros por ele escolhido. Se rejeitados, deverão ser substituídos no prazo de 48 (quarenta e oito) horas pela Contratada, sem quaisquer ônus para a Contratante.

5.3 - O aceite do(s) serviços(s) pela Contratante, não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade ou qualidade do serviço ou disparidade com as especificações técnicas exigidas no edital ou atribuídas pela Contratada, verificados posteriormente.

5.4 - O objeto cotado deverá atender a legislação a ele pertinente.

5.5 - O serviço será recebido definitivamente no prazo de 72 (setenta e duas) horas corridas ou de acordo com a necessidade do CONTRATANTE, contados a partir do



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO DE TOLEDO

Gestão 2025 - 2028

Trabalhando por todos e para todos!

ESTADO DE SÃO PAULO

recebimento provisório após a verificação da qualidade do serviço e quantidade contratada, e consequente aceitação mediante termo circunstanciado;

5.6 - Na hipótese de verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

5.7 - O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do serviço.

6 . CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

6.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 06 (seis) meses, com início na data de sua assinatura.

7 . CLÁUSULA SÉTIMA - DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS

7.1 - O preço não será reajustado.

8 . CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidos no Termo de Referência;

8.2 - Verificar minuciosamente, no prazo fixado, do item recebido provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento em definitivo;

8.3 - Comunicar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

8.4 - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado;

8.5 - Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente à execução do item, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos;

8.6 - A Administração Municipal não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA em terceiros, ainda que vinculados a execução do Termo de Referência, bem como qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9 . CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 - Deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo com exclusividade seus os riscos decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

9.2 - Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhada de devida Nota Fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO DE TOLEDO

Gestão 2025 - 2028

Trabalhando por todos e para todos!

ESTADO DE SÃO PAULO

procedência e prazo de garantia ou validade;

9.3 - Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeito;

9.4 - Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.5 - Manter, durante toda a execução do serviço, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10 . CLÁSULULA DÉCIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

10.1 - A rescisão do Contrato poderá ser efetuada conforme determina o Capítulo VIII da Lei nº 14.133/21.

11 . CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

11.1 - A gestão e fiscalização serão exercidas no interesse exclusivo do CONTRATANTE, não suprimindo a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros por quaisquer irregularidades, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/21.

11.2. Como disposto pelo Decreto Municipal 2.570/2023, no qual regulamenta as atividades e os procedimentos administrativos de gestão e fiscalização de contratos firmados pelos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta e dá outras providências.

11.2.1. O Gestor do Contrato será a XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, ocupante do cargo de Diretora do Departamento Municipal de assistência Social.

11.2.2. O Fiscal Técnico do Contrato será a Sra. xxxxxxxxxxxxxxxx, ocupante do cargo de Escriurário do Departamento de Assistência Social.

11.3. Compete ao Gestor do contrato o exercício das atribuições descritas no Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022.

11.4. Compete ao Fiscal do contrato o exercício das atribuições descritas Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022.

11.5 - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz, a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas ou utilização de material de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implicará a responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos. (Art. 120 da lei 14.133/21).

12 . CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o licitante/adjudicatário que:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO DE TOLEDO

Gestão 2025 - 2028

Trabalhando por todos e para todos!

ESTADO DE SÃO PAULO

- I. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. dar causa à inexecução total do contrato;
- IV. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES

13.1. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- I. advertência;
- II. multa;
- III. impedimento de licitar e contratar;
- IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.2.1. A sanção prevista no inciso I deste será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do item 10.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

13.2.2 O atraso injustificado ou retardamento na entrega do objeto deste certame sujeitará a Contratada, a juízo da Administração, à multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento) do valor, tendo como base o valor total da solicitação/ordem de serviço.

13.2.3. Após 21º (vigésimo primeiro) dia de atraso na entrega do objeto será considerado inexecução, total quando for a primeira entrega ou parcial a partir da segunda entrega.

13.2.4. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a Contratada



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO DE TOLEDO

Gestão 2025 - 2028

Trabalhando por todos e para todos!

ESTADO DE SÃO PAULO

possuir com o MUNICÍPIO DE PEDRO DE TOLEDO/SP, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com as multas previstas.

13.2.5. Em caso de reincidência, a multa poderá ser aplicada em dobro, respeitando o limite máximo de 30% (trinta por cento).

13.2.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, quando for o caso, será cobrada judicialmente.

13.2.7. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência, não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.2.8. As sanções serão processadas de acordo com a Lei 14.133/2021.

14 . CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis.

15 . CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

15.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

16 . CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE de providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1. As partes elegem o Foro da Comarca de ITARIRI como seu domicílio legal para qualquer procedimento decorrente do processo de licitação e o cumprimento dos contratos.

E, por estarem, em perfeito e comum acordo, assinam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor, para um só efeito, juntamente com as testemunhas abaixo para todos os fins de direito.

Pedro de Toledo/SP, XX de xxxxxx de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO DE TOLEDO

CONTRATANTE

PAULO EDUARDO ALVES FERREIRA

PREFEITO

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CONTRATADA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO DE TOLEDO

Gestão 2025 - 2028

Trabalhando por todos e para todos!

ESTADO DE SÃO PAULO

CPF: XXX.XXX.XXX-XX

Testemunhas:

1. _____
Suellyn AP.Tomaz de Lima
GESTORA DO CONTRATO

2. _____
Alex Antonio dos Santos
FISCAL DO CONTRATO